

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 1974

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSAO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETARIO — Jorge Sato

2.º SECRETARIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETARIO — David Federmann

4.º SECRETARIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISAO DAS COMISSOES

COMISSOES TECNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quielise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETARIO: Rita Celestino Soares

REUNIOES: As quartas-feiras

COMISSAO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETARIO: Elcy Silva Baptista

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETARIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIOES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSAO DE INSTRUÇÃO PUBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Oiavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Álvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETARIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE SAUDE PUBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETARIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Oiavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIOES: As terças-feiras

COMISSAO DE POLICIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE REDACAO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Álvaro Dias (MDB)

SECRETARIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quielise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETARIO: José Tavares Canto Filho

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomei — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETARIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 71ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 20 de Maio de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Muggiati Filho.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Paulo Camargo — Quíelise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Antônio Costa — Arthur de Souza — Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: David Federmann — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Domicio Scaramella — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira e Rosário Pitelli (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 111-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 125-69, de autoria do Deputado Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo criar um Colégio Estadual no Município de Santa Isabel do Ivaí, para funcionar junto ao Ginásio Estadual, a partir do próximo ano letivo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 21, terça-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 15-73.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 72ª Sessão Ordinária

Realizada em 20 de Maio de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Paulo Camargo — Quíelise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Antônio Costa — Arthur de Souza — Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Domicio Scaramella — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira e Rosário Pitelli (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 43-74.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer a inserção, na Ata da presente Sessão, de um voto de pesar pelo falecimento do Vereador João Manoel Guilhem, de São Pedro do Ivaí.

Requer, ainda, que do presente voto seja dado conhecimento à família do extinto homem público.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1974.

(a) Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o registro, na Ata da Sessão de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento da Senhorita Sirley Galhardo, filha do presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Ivaí, Vereador José Galhardo.

Requer, também, que do presente seja dado conhecimento ao mencionado Vereador.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1974.

(a) Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa.

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao senhor Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR —, solicitando-lhe o obséquio de informar a esta Assembléia Legislativa o estágio do projeto de implantação do sistema de abastecimento de água do Município de Guaquegaba, Pr., com elaboração sob responsabilidade daquele órgão;

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Senhor Vereador Luiz Fernando Krueger, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Guaquegaba, Pr.

3.º — seja ainda, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 20 de maio de 1974.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA

Quando da realização do Seminário do Litoral e Alto Ribeira pudemos sentir que a reivindicação principal da delegação do Município de Guaquegaba referia-se à implantação, naquela cidade, do sistema de abastecimento de água. Na ocasião, o Exmo. Senhor Governador Emílio Gomes informou que determinaria à SANEPAR fosse contratado o projeto com a máxima brevidade possível, o que, de fato, concretizou.

Não obstante, daquela data até os dias de hoje, nada mais se soube quanto ao andamento do mesmo, sendo apenas declarado pela Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR —, que está previsto para aquelas obras um investimento da ordem de Cr\$ 525.000,00, importância a ser integralizada com recursos do Plano Nacional de Saneamento — PLANASA —, em 50% (cinquenta por cento); do Estado do Paraná, em 25% (vinte e cinco por cento); e do Município de Guaquegaba, em 25% (vinte e cinco por cento). Deixando-se de lado a desproporção entre o fornecimento de recursos por parte do Estado e por parte do Município, eis que 25% do investimento previsto é dispêndio irrisório para o tesouro estadual ao passo que o mesmo percentual é aplicação vultuosa para o Município de Guaquegaba, reconhecidamente um dos de menor arrecadação em todo o Estado, deve-se salientar que está havendo uma demora excessiva na conclusão daquele projeto o que vem impondo dificuldades de ordem administrativa na execução orçamentária municipal, pois que o Executivo não tem idéia de quando era chamado a depositar sua quota para o início das obras.

Por outro lado, e confiados na pronta implantação da rede de abastecimento de água, o Município de Guaquegaba, por suas forças vivas da comunidade iniciou uma agressiva política para instalação de várias unidades industriais de exploração da pesca que, agora, estão ameaçadas de verem a parte civil das obras concluídas e não contarem condições de funcionamento rentável exatamente pela ausência do sistema de água, básico para aquele tipo de atividade econômica.

Assim, e tendo em vista que o relatório final do Seminário do Litoral e Alto Ribeira elaborado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral também simplesmente anota que o projeto está contratado em fase de elaboração sem entrar em maiores detalhes, entendo que o presente Requerimento é oportuno porque, atendido, dar-nos-á possibilidade de conhecer o real estágio do programa bem como outras projeções de ordem técnica e econômica que sobre o mesmo incidirem.

Os nobres Deputados certamente concordarão com nosso ponto de vista e darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 64-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Artigo 1.º da Lei n.º 6.531, de 22 de abril de 1974, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Metodista de Assistência Social de Curitiba — AMAS de Curitiba — com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1974.

(a) Antônio Belinati

Projeto de Lei n.º 65-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte de concreto armado, sobre o rio Ivaí, na estrada que liga Umuarama a Icaraima — Porto Cuiabá atingindo as cidades de Mato Grosso Naviraí-Dourados.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1974.

(a) Marciano Baraniuk

JUSTIFICATIVA:

A estrada de Umuarama-Dourados, em Mato Grosso, possui um tráfego de veículos em média de 800 a 900 por dia, incluindo-se as linhas de ônibus que ligam as cidades de Mato Grosso. No rio Paraná, no Porto de Cuiabá, existe o barco que transporta 24 veículos de cada vez; já no rio Ivaí existe outra balsa que transporta 4 veículos cada vez, sendo que, caminhões de grande tonelagem, somente um por vez, ocasionando assim o congestionamento na balsa do Rio Ivaí. Pela justificativa acima, a principal razão do presente Projeto, pelo qual espero o necessário apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 225-73, de autoria do Deputado Aginaldo P. Lima, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Grupo Escolar "Castro Alves", do Distrito de Tupãssi, Município de Assis Chateaubriand. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com EMENDA. — Aprovado, com Emenda.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 232-73, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Japira o veículo que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25-74, de autoria do Deputado Borsari Netto, que transfere a Francisca Albanski Martinatto, a pensão mensal de Sezinando Martinatto da Cruz. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54-73, de autoria do Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo denominar Ginásio Estadual Deputado Arinaldo Ribas, o atual Ginásio Estadual Vital Brasil da cidade de Maringá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, com Substitutivo, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252-73, de autoria do Deputado Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de Londrina, para instalação e criação do Museu do Café. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5-74, de autoria do Deputado Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Rodeio da Tradição, com sede e foro na cidade de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 5-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Centro de Tradições Gaúchas — Rodeio da Tradição, com sede e foro na cidade de Cascavel, Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1974.

(a) Iris Caldart

JUSTIFICATIVA:

São objetivos do Centro de Tradições Gaúchas — Rodeio da Tradição, cultivar as tradições Sulinas, principalmente as do Rio Grande do Sul, no que evidenciam suas histórias, lendas, músicas, canções, costumes, divulgar a sua ação tradicionalista pelos municípios e Estados vizinhos e, sempre que possível, por todo o Território Nacional e estrangeiros, promovendo, através de seu Departamento Artístico-Cultural, representações artísticas-culturais quando oportuno e a critério da Diretoria, esforçando-se sempre por exibir números que evidenciam as tradições. Cooperar com as autoridades em todos os movimentos de brasilidade, respeitando as constituições vigentes, bem como as demais leis e normas em vigor no país.

São essas as razões do plano de lei em apreço, que esperamos contar com o apoio integral dos Senhores Deputados com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 5-74

1 — Com o presente projeto de lei, visa o nobre Deputado Iris Caldart, declarar de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas — Rodeio da Tradição, com sede e foro na cidade de Cascavel.

2 — Examinado o Estatuto da referida entidade, verificamos que a mesma preenche os requisitos obrigatórios constantes da legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, daí porque não vemos nada há opor quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional.

3 — Nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 5-74

1 — Subscrito pelo nobre Deputado Iris Caldart, visa o presente Projeto de Lei, declarar de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas — Rodeio da Tradição, com sede e foro na cidade de Cascavel.

2 — Esta matéria estudada na douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão estudar, não vemos nada que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Álvaro Dias — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26-74, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que declara de Utilidade Pública a Associação dos ex-Combatentes

do Brasil, Seção Municipal de Paranaguá. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 26-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL, Seção Municipal de Paranaguá".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1974.

(a) Nelson Buffara

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se pelo presente Plano de Lei, declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL, Seção de Paranaguá". Referida Associação congrega os ex-combatentes, os valorosos pracinhas da 2.a Guerra Mundial, os heróicos integrantes da Força Expedicionária Brasileira, tendo como fundamento a união de seus membros; se propondo dentro de um âmbito apolítico, manter vivo o espírito patriótico e os ideais democráticos e preservar os gestos de heroísmo por eles conseguidos nos campos de batalha em defesa da Pátria.

Assim, considerando o alto sentido que a referida Associação se propõe, esperamos dos nobres Pares o necessário apoio ao presente Projeto para ulterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 26-74

Assinado pelo ilustre Deputado Nelson Buffara, o Projeto de Lei em estudo nesta Comissão, tem o objetivo de declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL, SEÇÃO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ".

A iniciativa é das mais justas e tem amparo na Lei.

Pela aprovação

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Quielise Crisóstomo da Silva — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29-74 de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Presbiteriana de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 29-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Presbiteriana, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1974.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja reconhecida como de utilidade pública vem organizando e mantendo dentro de suas possibilidades serviços de assistência social, educacional e de preparação profissional a pessoas carentes de recursos. A fim de alcançar esses objetivos promove cursos de Alfabetização, datilografia, corte e costura e outros, além de se dedicar também a um trabalho preventivo, com palestras sobre educação, higiene, saúde, planejamento familiar e vícios sociais. Sua diretoria não percebe remuneração e seu estatuto está devidamente registrado.

Sendo justo que o Poder Público habilite tão menemérita entidade aos benefícios decorrentes de seu reconhecimento como de utilidade pública, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 29-74

O ilustre Deputado Olavo Ferreira, por meio deste Projeto, quer declarar de utilidade a Associação Comunitária Presbiteriana de Curitiba.

Na justificativa, o nobre autor destaca a variedade de atividades pela Associação, desenvolvidas no setor da assistência e beneficência comunitárias.

A educação, higiene, trabalhos manuais, como corte e costura, datilografia, além de orientação familiar compõem o elenco de promoções da entidade em apreço.

Desta maneira está claramente demonstrado o caráter público da Associação em exame.

A lei n.º 4.399, de 17 de agosto de 1961 autoriza o Executivo a declarar de utilidade pública as entidades beneficentes, devidamente registradas, com sede e foro no Estado e que prestou auxílio há mais de um ano aos seus associados.

Ora, a Associação Comunitária Presbiteriana poderia obter tal benefício, mediante requerimento endereçado ao Poder Executivo, uma vez que, pelos documentos anexados ao processo, fica provada cabalmente a existência daqueles requisitos exigidos.

Da mesma forma, as condições estabelecidas pela lei federal n.º 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto n.º 50.517, de 2 de maio de 1961, estão plenamente satisfeitas, segundo se verifica da mencionada documentação.

A matéria está em harmonia com os textos do nosso direito legislado, pelo que deve ser aprovada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Nelson Buffara — Relator

(Ass. ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacif, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 43-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Sanepar, no sentido de informar a esta Casa o estágio do projeto de im-

plantação do sistema de abastecimento de água no Município de Guaraquegaba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador João Manoel Guilhem, de São Pedro do Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhorita Shirley Galhardo, filha do Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Ivaí. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, terça-feira, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 54-73 e 252-73.
 - 2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 5-74, 26-74 e 29-74.
 - 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 240-73.
- Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 10.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de hum mil novecientos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Iris Caldart, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 162-72 — de autoria do Deputado Sebastião Rodrigues Jr., que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Boa Esperança do Iguaçu, Distrito do Município de Dois Vizinhos. PROJETO DE LEI N.º 143-73 — de autoria do Deputado Igo Lasso, que declara de utilidade pública, a Associação Evangélica Educacional e Beneficente — AEEB, com sede na cidade de Cianorte. PROJETO DE LEI N.º 159-73 — de autoria do Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na cidade de Jaguariava, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 163-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 71-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o controle acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 173-73 — de autoria do Deputado Antônio Belinati, que declara de utilidade pública o Instituto Santa Maria, da cidade de Londrina. PROJETO DE LEI N.º 171-73 — de autoria do Deputado Maurício Pruet, que autoriza o Poder Executivo a denominar Irmão Ruperto Félix, um dos estabelecimentos de ensino do Estado. PROJETO DE LEI N.º 177-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 73-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar ao Município de Rio Azul, a área de terreno rural com 4 (quatro) alqueires, de propriedade do Estado e situada no referido Município. PROJETO DE LEI N.º 201-73 — de autoria do Deputado Arizone Araújo, que declara de utilidade pública o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 282-73 — de autoria da Comissão Especial de Reforma da Lei do I.C.M., introduz alterações na Lei n.º 6.364, de 29-12-72 (Lei Orgânica do I.C.M.). PROJETO DE LEI N.º 14-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 14-74, encaminhando anteprojeto de lei que suspende até 30-6-75, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2, do artigo 6.º, no número 1, do artigo 14, e no parágrafo 2.º do artigo 52 da Lei n.º 6.417, de 3-7-73 (Código de vencimentos da PME). PROJETO DE LEI N.º 18-74 — de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 9-74, encaminhando anteprojeto de lei alterando, na forma que especifica, as denominações das vagas de oficiais no Quadro de Especialistas da Polícia Militar do Estado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 2-73, que aprova o convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, com intervenção do Instituto de Planejamento Econômico e Social, Banco de Desenvolvimento das Agro-Indústrias Paranaenses. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 30-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 74-73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a Prefeitura Municipal de Curitiba, visando a implantação da Cidade Industrial de Curitiba. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 38-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 200-72, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando o desenvolvimento do Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, utilizando a "VACINA ERA". — **APROVADAS.** Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Dep. Gilberto Carvalho — Presidente
Lélcio Guimarães Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 162-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar um estabelecimento de ensino de 1.º grau, no Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, Município de Dois Vizinhos, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-74

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 143-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA EDUCACIONAL E BENEFICENTE — AEEB, com sede na cidade de Cianorte.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-74

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 159-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, como Fundação de Direito Público, na forma prevista na Lei Federal n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, e na Lei Estadual n.º 4.978, Sistema Estadual de Ensino, de 05 de dezembro de 1964 uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na cidade e Município de Jaguariava.

Art. 2.º. O Poder Executivo baixará os atos necessários à constituição e funcionamento do estabelecimento de ensino com criação autorizada por esta Lei.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-74

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 163-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. O controle acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR poderá ser exercido pelo Estado, ou por entidades da administração Federal, Estadual ou Municipal, isolada ou conjuntamente.

Art. 2.º. O Estado do Paraná far-se-á representar nas Assembléias Gerais da TELEPAR através do Secretário de Viação e Obras Públicas, o qual exercerá o direito de voto praticando todos os demais atos que forem necessários à defesa dos direitos do Estado como acionista.

Art. 3.º. Ficam revogados o art. 2.º, o § 2.º do art. 3.º e o art. 4.º da Lei n.º 4.880, de 03 de julho de 1964 e demais disposições em contrário.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14-5-74

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 171-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a denominar IRMAO RUPERTO FÉLIX, um dos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-74

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 173-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO SANTA MARIA, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-74

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 177-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Rio Azul, um terreno rural, com a área de 4 (quatro) alqueires aproximadamente, constituída de parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado próximo ao Quadro Urbano da cidade de Rio Azul, adquirido conforme escritura pública de compra e venda, lavrada no Livro de Notas n.º 45, fls. 163-67, do Tabelião Pedro Estival Júnior, devidamente transcrito sob n.º de ordem 1.219, de 20 de setembro de 1941, da Comarca de Rebouças.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-74

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 201-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o LAR DA ACADÊMICA DE CURITIBA, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-74

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 232-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. O inciso IX, do artigo 3.º, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"IX — na saída de veículos, máquinas e aparelhos usados que tenham sido recebidos para comercialização e cujas entradas, regularmente registradas, não tenham sido oneradas pelo imposto, — 10% (dez por cento) do valor de que decorrer a saída".

Art. 2.º. O artigo 16 e seus parágrafos 1.º, 5.º e 6.º, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 16. Compete à Secretaria da Fazenda expedir instrução estabelecendo as normas para a inscrição, alteração, paralisação temporária e exclusão no Cadastro de que trata o artigo anterior, bem como os modelos dos respectivos documentos".

Parágrafo 1.º — A inscrição deve ser solicitada antes do início das opera-

ções concernentes à circulação de mercadoria em relação a cada estabelecimento, na repartição fazendária estadual do domicílio tributário do requerente, assim entendida a a localidade onde estiver situado o estabelecimento.

§ 2.º —

§ 3.º —

§ 4.º —

§ 5.º — O contribuinte que cessar definitivamente a sua atividade deve requerer junto à Secretaria da Fazenda no prazo de 60 (sessenta) dias da ocorrência, a sua exclusão do Cadastro do ICM, entregando, à repartição fazendária, para inutilização, os blocos de notas fiscais não utilizadas, bem como, para fins de levantamento fiscal os livros fiscais e blocos de notas fiscais utilizadas.

§ 6.º — A paralisação temporária das atividades deve ser comunicada por escrito pelo contribuinte à repartição fazendária do seu domicílio tributário no prazo de até 5 (cinco) dias contados da referida paralisação.

Art. 3.º. O artigo 33, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, fica acrescido do parágrafo seguinte:

“Art. 33 —

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º — Para efeito de apuração dos saldos no Livro de Registro de Apuração do ICM e na Guia de Informação e Apuração serão desprezadas as frações de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) em relação aos itens “imposto a recolher” e “saldo credor”.

Art. 4.º. O § 4.º, do artigo 40, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“§ 4.º — Decorridos 12 (doze) meses contados do mês da protocolização do pedido de restituição, sem que seja efetivamente recebida a importância a ser devolvida, ou cientificada ao contribuinte a sonegação do requerimento, poderá o interessado escriturar como crédito o respectivo valor, mencionando o número do protocolo correspondente”.

Art. 5.º. Os itens 1 e 3 do parágrafo 1.º e o parágrafo 3.º, do artigo 54, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 54. —

§ 1.º —

1) — EQUIVALENTE A 50% (CINCOENTA POR CENTO):

a) — do valor do imposto a recolher, — ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o total do imposto a recolher por ele declarado na Guia de Informação e Apuração a que se refere o § 3.º, do artigo 28;

b) — da diferença entre o valor do imposto a recolher, declarado pelo próprio contribuinte na Guia de Informação e Apuração, e o imposto por ele pago, — ao sujeito passivo que efetuar o pagamento do tributo com insuficiência, até encerrar-se o processo administrativo-fiscal de rito sumário a que se refere o artigo 57”.

2) —

3) — EQUIVALENTE AO VALOR DO CRÉDITO INDEVIDAMENTE UTILIZADO, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que utilizar crédito do imposto em desacordo com o disposto nesta Lei”.

“§ 2.º —

“§ 3.º — O valor mínimo das multas é de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), ressalvadas as hipóteses indicadas no inciso II e nas letras “a” e “b” do inciso I, do artigo 58, nas quais a penalidade mínima só prevalecerá após decorridos os prazos nesses dispositivos previstos sem que ocorra o pagamento do ICM com a multa reduzida aos valores permitidos”.

Art. 7.º. O artigo 54, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, fica acrescido do parágrafo seguinte:

“Art. 54. —

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º —

§ 4.º —

§ 5.º — As infrações e penalidades indicadas no § 1.º deste artigo serão lançadas em processo administrativo-fiscal de instrução contraditória, na forma do parágrafo único do artigo 56, ressalvada a infração e multa prevista na letra “a” do item 1 do § 1.º deste artigo que será objeto de processo administrativo-fiscal cujo rito especial e sumário está determinado no artigo 57”.

Art. 8.º. A letra “a” do item 32 do parágrafo único do artigo 56 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“a) — “ex-offício” de decisão favorável ao contribuinte desde que o montante do crédito tributário, objeto do processo administrativo-fiscal, seja superior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), caso em que seja formalizado através de manifestação obrigatória da autoridade administrativa competente, no final do ato decisório;

Parágrafo único. Os recursos “ex-offício” de decisões prolatadas em processo administrativo-fiscal, em cujos autos de discussão crédito tributário igual ou inferior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), pendentes de decisão definitiva, serão automaticamente encerrados e arquivados mediante despacho do Presidente do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná.

Art. 9.º. O artigo 57, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 57. Quando ocorrer a infração descrita na letra “a” do item I, do § 1.º, do artigo 54, o processo administrativo-fiscal para cobrança do ICM e da multa obedecerá rito especial e sumário, em instância administrativa única, não cabendo, em consequência da declaração do próprio contribuinte na guia de que trata o § 3.º, do artigo 28, qualquer reclamação ou recurso.

“§ 1.º — O processo administrativo-fiscal de rito sumário encerrar-se-á automaticamente:

1. quando o infrator pagar o total do imposto a recolher, por ele declarado na Guia de Informação e Apuração do ICM, e a multa de que trata a letra “a” do item 1, do § 1.º, do artigo 54, com a redução cabível conforme inciso II, do artigo 58;

2. com o decurso do prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da expiração do prazo normal de pagamento, previsto na legislação tributária, do imposto lançado na conta gráfica de que trata o artigo 32, sem que seja extinto o crédito tributário, caso em que este será imediatamente inscrito em dívida ativa do Estado;

3. quando, decorrido o prazo de que trata o item anterior, tenha o contribuinte pago, fora do prazo normal, em relação ao período considerado, o total do imposto a recolher, por ele próprio declarado na Guia de Informação e Apuração e não tenha recolhido a quantia da multa des-

crita na letra “a”, do item 1, do § 1.º, do artigo 54, caso em que o valor da pena, reduzido em função da data do pagamento do imposto conforme inciso II, do artigo 58, será imediatamente inscrito em dívida ativa do Estado;

4. na ocasião em que for emitido auto de infração na forma indicada no parágrafo seguinte.

§ 2.º — Quando, vencido o prazo a que se refere o item 2, do parágrafo anterior, houver, em relação a Guia de Informação e Apuração do ICM, apresentada pelo próprio contribuinte, insuficiência no pagamento do imposto a recolher relativo ao período considerado, o valor da diferença será lançado em auto de infração para o início de processo administrativo-fiscal de instrução contraditória, aplicando-se a pena descrita na letra “b”, do item 1, do § 1.º, do artigo 54, incluindo-se nesse lançamento, quando exigível:

1. o valor correspondente à diferença entre a multa indicada na letra “a”, do item 1, do § 1.º, do artigo 54, com a redução prevista no inciso II, do artigo 58, cabível em relação à data do pagamento insuficiente do ICM, e a multa paga na referida data; ou

2. o valor da multa a que se refere a letra “a”, do item 1, do § 1.º, do artigo 54, que deixou de ser recolhida na data do pagamento insuficiente do ICM, aplicando-se a redução de que trata o inciso II, do artigo 58, compatível com a data do referido pagamento”.

Art. 10. Os incisos I e II e o § 1.º, do artigo 58, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 58. —

I — Nos procedimentos de instrução contraditória, para a imposição das multas previstas nos itens 2, 3, 5, 6, letras “b” e “c” e 7, do § 1.º do artigo 54;

a) no prazo da reclamação, em 60% (sessenta por cento) do seu respectivo valor;

b) no prazo de recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais em 40% (quarenta por cento) do seu respectivo valor;

c) no prazo de 30 (trinta) dias da intimação posterior à inscrição do crédito tributário em dívida ativa do Estado, em 20% (vinte por cento) do seu respectivo valor;

II — Nos procedimentos de rito especial e sumário (letra “a”, do item 1, do § 1.º do artigo 54 e artigo 57):

a) até 30 (trinta) dias contados da data da expiração do prazo de pagamento;

b) de 30 (trinta) dias até 60 (sessenta) dias contados da data referida na letra anterior, 10% (dez por cento) do imposto pago;

c) de 61 (sessenta e um) dias até 90 (noventa) dias, a partir da data referida na letra anterior 20% (vinte por cento) do valor do imposto pago;

d) de 91 (noventa e um) dias até 120 (cento e vinte) dias, 30% (trinta por cento) do imposto pago;

“§ 1.º — Para obter a redução no valor da penalidade o sujeito passivo deverá, nos casos do inciso I, deste artigo, pagar o total do imposto exigido e a parcela da multa reduzida”.

Art. 11. Fica revogado o parágrafo 3.º, do artigo 58, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 12. O § 3.º, do artigo 59, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 59. —

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º — Será providenciada imediatamente a inscrição do crédito tributário em dívida ativa do Estado quando ocorrer:

1. rescisão de acordo;

2. indeferimento de pedido de parcelamento nas modalidades previstas nos incisos II e IV, do artigo 60;

3. renúncia tácita do direito ao parcelamento deferido em decorrência da falta de assinatura do interessado no termo de acordo relativo às modalidades indicadas no item anterior”.

Art. 13. As letras “b” e “c”, do inciso II, do artigo 60, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 60. —

I —

II —

a) —

b) — total da multa correspondente à infração;

c) — juros vincendos sobre o ICM e multa”.

Art. 14. A exigibilidade e os correspondentes pagamentos dos tributos indicados nos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 5.223, de 28 de dezembro de 1985, em decorrência de lançamento, serão englobados e contabilizados na rubrica do imposto sobre vendas e consignações.

Art. 15. A correção monetária de créditos tributários originários de fatos geradores anteriores a 1.º de janeiro de 1972, somente alcançará a parcela do ICM não se aplicando às importâncias das penalidades.

Art. 15. A responsabilidade do agente de rendas não se estende aos pagamentos realizados diretamente junto aos estabelecimentos bancários autorizados nos prazos regulares previstos na legislação tributária e correspondentes ao que for declarado, pelo próprio contribuinte, na Guia Mensal de Informação e Apuração do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Parágrafo único. Quando o agente de rendas for responsabilizado em função de pagamento insuficiente de crédito tributário, em relação aos recolhimentos efetivados através das agências de rendas, essa responsabilidade será elidida, automaticamente, na ocasião do lançamento das diferenças em processo administrativo-fiscal.

Art. 16. Fica revogado o parágrafo 4.º, do artigo 2.º, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14-5-74

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSI — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 14-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica suspensa até trinta de junho de um mil novecentos e setenta e cinco, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2 do artigo 6.º, no número 1 do artigo 14, e no parágrafo 2.º do artigo 52, da Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1973 (CÓDIGO DE VENCIMENTOS DA PMEP), para os policiais militares que estiverem no exercício das funções seguintes:

I — Delegado de Polícia;

- II — Escrivão de Polícia;
- III — Carcereiro;
- IV — Chefe de Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN);
- V — Cargos em Comissão no Centro de Informações da Secretaria de Segurança (CISESP); e
- VI — Cargos em Comissão no Grupo de Planejamento Setorial (GPS) da Secretaria de Segurança Pública.

§ 1.º — Os policiais-militares de que trata este artigo, para efeito de cálculo de vencimentos, são considerados como no efetivo exercício de funções da própria Corporação.

§ 2.º — Os policiais-militares de que trata este artigo não receberão outras importâncias dos cofres estaduais, a qualquer título, além dos vencimentos de que trata o parágrafo anterior, ressalvado o direito de opção, quando ocupantes de cargos em comissão.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 1.º de outubro de 1973, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.5-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 18-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Ficam alteradas, como abaixo se menciona, as denominações das vagas de oficiais nos quadros de especialistas, criadas pela Lei Estadual n.º 5.797-68, não preenchidas na Polícia Militar do Estado.

N.º de Vagas	Posto	Especialidade	Nova Especialidade
1 (um)	Capitão	Capelão	Polícia Rodoviária
1 (um)	Capitão	Engenheiro	Polícia Rodoviária
1 (um)	1.º Tenente	Engenheiro	Polícia Rodoviária
1 (um)	1.º Tenente	Farmacêutico	Polícia Rodoviária
1 (um)	2.º Tenente	Engenheiro	Polícia Rodoviária
1 (um)	2.º Tenente	Farmacêutico	Polícia Rodoviária
3 (três)	2.º Tenente	Comunicações	Polícia Rodoviária
1 (um)	1.º Tenente	Comunicações	Polícia Rodoviária

Art. 2.º. Esta Lei não altera o efetivo da Polícia Militar do Estado e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.5-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, com a intervenção do Instituto de Planejamento Econômico e Social e do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, objetivando a realização de estudos para o desenvolvimento das agro-indústrias paranaenses.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1974.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zanusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 30/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de janeiro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, e a Prefeitura Municipal de Curitiba, visando a implantação da Cidade Industrial de Curitiba.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1974.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zanusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 38/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica aprovado o Convênio celebrado em 23 de agosto de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, e o Ministério da Agricultura, objetivando o desenvolvimento do Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, utilizando a "VACINA ERA".

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1974.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zanusso — Relatores